

ATA DA 555ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e nove de outubro do ano dois mil e sete, em segunda convocação, às vinte horas e trinta minutos, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e três Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente: Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro
Vice-Presidente: Francisco Carlos Collet e Silva
Primeiro Secretário: José Roberto Coutinho de Arruda
Segundo Secretário: Luiz Fernando Pugliesi Alves de Lima
Terceira Secretária: Nice de Lima

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros (letra e música do saudoso Associado Francisco Roberto Pignatari).

- *É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros*

4) EXPEDIENTE

Posse de Suplente convocado para a reunião.

Presidente – Empossou no cargo de Conselheiro o Associado Marcelo Favalli, Suplente do Grupo B pela Chapa Fala Pinheiros – Movimento Conselho Independente/MCI.

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente – Propôs e foi aprovado que fosse observado um minuto de silêncio e consignados votos de pesar pelo falecimento do Conselheiro Efetivo Cantídio Salvador Filardi, ex-Presidente do Conselho Deliberativo, e pelo falecimento da Conselheira Zuleika Bernadete de Paula. Apresentou ao Plenário e foram aprovadas as seguintes proposições: votos de pesar: 1) de iniciativa da Mesa do Conselho: pelo falecimento do Sr. Paulo Autran, irmão da Associada Marta Autran de Figueiredo, que é esposa do Conselheiro Afonso Ferreira de Figueiredo; 2) de autoria dos Conselheiros Decio De Felippo e Synésio Alves de Lima, pelo falecimento do ex-Conselheiro Cyro Guimarães; voto de pronto restabelecimento do Conselheiro Alcides Bracher Schieba Ribas, proposto pela Mesa do Conselho; votos de louvor: propostos pela Comissão de Esportes, a destaques esportivos das Seções de Atletismo, Pólo Aquático, Levantamento de Peso, Natação, Biathlon, Triathlon, Bolão, Esgrima, Ginástica Artística, Judô e Saltos

Ornamentais; voto de congratulações: 1) de iniciativa da Mesa do Conselho: a) ao Conselheiro Synésio Alves de Lima e sua esposa, Sra. Nilze Thereza Pugliesi Alves de Lima, que completaram cinquenta anos de casados; b) ao Conselheiro Mário Lima Cardoso, pela passagem de seu 80º aniversário; 2) proposto pelos Conselheiros Dulce Arena Avancini e Luiz Ernesto Machado Kawall, ao Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques, recentemente homenageado pelo Ministério da Justiça, pela sua atuação destacada à frente da Secretaria Nacional de Justiça, no ano de 2002, na gestão do Ministro Miguel Reale Junior. Prosseguindo, informou ter recebido o parecer da Comissão Especial constituída para recepcionar e analisar o Plano Diretor de Obras, e que nos próximos dias estaria recebendo o último parecer faltante, da Comissão Jurídica. Aduziu que no decorrer do mês de novembro encaminhará aos Conselheiros cópia do Plano e das manifestações das Comissões, e que sua intenção, encontrando-se o processo em termos, é colocá-lo em discussão na primeira reunião extraordinária de 2008.

Primeiro Secretário – Colocou à disposição dos Conselheiros para consulta na Secretaria: o relatório A.V.O. (Análise da Variação Orçamentária) de setembro e o Balanço Patrimonial do Clube em 30/09/2007. Informou que os Conselheiros Luciano Guedes Paces e Beatrice Mira Chrystman renunciaram ao cargo. Comunicou que a Diretoria enviou carta ao Conselho, informando que colocaria à venda 70 títulos sociais, nos termos do Art. 88 do Regulamento Geral.

José Manssur – Prestou homenagem póstuma ao ex-Presidente Cantídio Salvador Filardi.

Francisco Carlos Collet e Silva – Também falou em memória do Conselheiro Efetivo Cantídio Salvador Filardi.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Propôs votos de louvor à equipe de Atletismo, pela participação na Maratona de Chicago (07/10/2007), bem como à Diretoria, pela organização e êxito da Festa da Cerveja (20 e 21/10/2007). Associou-se ao voto de congratulações pela passagem do 80º aniversário do Conselheiro Mário Lima Cardoso. Votos aprovados.

Clovis Bergamo Filho – Propôs fossem consignados votos de louvor aos associados Alexandre Verri, Alfredo Wilson Meneguelli, Angelo César Caggiano, Fabio Ferreira Melo, Flavio Godoy Toledo, Jose Luís M. Oliveira Lima, Jose Ricardo Afonso Souza, Luiz Paulo Horta Siqueira, Marco Antonio G. Formicola, Paulo Ricardo Martinez, Paulo M. Toscani, Ricardo L. Sacardo, Roberto P. Amaral, Roque A. Horta Ferreira Mendes e Vicente A. Marques Alves, que patrocinaram o custeio de um projeto desenvolvido no Clube, concretizando a idéia do Diretor Adjunto de Futebol, Ricardo Luís Sarcado, que em conjunto com a Presidente do Departamento de Assistência Social, Beatriz Hungria Moreno, elaboraram um processo de aquisição do álbum de figurinhas, composto por fotografias de associados que praticam futebol da categoria Menor, com a troca de alimentos não perecíveis, que já estão sendo doados a entidades, gerando um benefício social. Aprovado.

Eduardo Ribas Oliveira Machado – Propôs voto de louvor à associada Stella De Luccia Soares, atleta de Boxe Olímpico, filha do Conselheiro Gilberto De Luccia, pela conquista de Medalha de Bronze, categoria 50Kg, no Campeonato Pan-americano de Boxe Feminino Amador (03 e 10/10/2007 – Guayaquil/Equador). Aprovado.

João Benedicto de Azevedo Marques – Inicialmente, prestou homenagem póstuma ao falecido ex-Presidente Cantídio Salvador Filardi. Na seqüência, comunicou que coletou assinaturas de 95 Conselheiros em requerimento dirigido à Presidência do Conselho, visando à convocação de reunião extraordinária para deliberar sobre o Plano Diretor de Obras, entregando referido documento à Mesa.

Presidente – Reportou-se à comunicação que fizera no início da reunião, enfatizando que esse também é o desejo da Presidência e da Mesa. Recebeu o requerimento e informou que seria dado o devido andamento.

Marcelo Grassi – Teceu comentários sobre o 15º ITF Sênior de Tênis, torneio internacional válido para o *ranking* mundial, que o Clube sediou de 06 a 14/10/2007. Acrescentou que a competição é homologada pela Confederação Brasileira de Tênis, e pelo segundo ano levou o nome de seu saudoso pai, Hermenegildo Grassi, que foi Conselheiro e Diretor do Clube. Agradeceu ao Presidente da Diretoria, Antonio Moreno Neto, e ao Vice-Presidente, Severiano Atanes Netto, pelo apoio e infra-estrutura dispensados ao evento.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Manifestou-se homenageando o falecido ex-Presidente Cantídio Salvador Filardi.

Presidente – Leu carta da Diretoria distribuída na entrada da reunião, versando sobre a decisão judicial que determinou a reinclusão do Clube no PAES e outras providências. Destacou que embora se tratasse de uma decisão ainda em caráter liminar, essa decisão veio em complementação a uma decisão anterior, que inclusive já havia sido divulgada aos Conselheiros, quando o MM. Juiz apreciou pela primeira vez esse processo. Naquela oportunidade, ele havia deferido tão somente a possibilidade de o Clube continuar a recolher 1,5%, nos termos que a lei determinava, e estabelecido que deveria ser ouvido o INSS para depois voltar a apreciar a matéria e os outros pedidos contidos na inicial. Então, embora ainda em caráter liminar, essa decisão de agora tem uma força muito maior, porque o Juiz permitiu o contraditório e teve oportunidade de tomar conhecimento da contestação do INSS. E nessa segunda etapa, ele acabou confirmando e atendendo a tudo que havia sido requerido nessa ação proposta pela atual Diretoria. Outro aspecto relevante dessa decisão, é que possibilitou o depósito do valor consolidado, diluindo nas parcelas vincendas aquela importância que havia ficado sem recolhimento, mesmo porque o Clube, com amparo na legislação que assim permitia, recolhia somente 1.5%. Então, formou-se um valor muito grande, proveniente da diferença entre o que foi depositado anteriormente e o que seria devido em razão da consolidação. O INSS se obstinava em entender que essa diferença deveria ser paga numa oportunidade só. Essa decisão judicial, embora não seja definitiva, traz muito conforto para a comunidade Pinheirense, porque permite que o Clube vá parcelando mensalmente todo esse valor, nas 128 parcelas restantes. Outro aspecto que também ficou destacado: foi determinada efetivamente a reinclusão. É claro que a determinação da reinclusão pelo Juiz pressupõe uma inclusão anterior, uma exclusão, e agora a reinclusão. Mas, de toda forma, entendo que isso agora é passado, acho que toda essa discussão havida anteriormente nós podemos, a partir deste momento, colocar uma pedra sobre isso. A verdade é que quem ganhou foi o Clube, quem está ganhando é o Pinheiros com essa decisão. Eu acho que não é o momento agora de se perquirir a quem cabem as glórias. Acho que a glória cabe efetivamente ao nosso Clube. Essa é uma vitória do nosso Clube. Ressalto, ainda que parcial, mas que permite uma grande tranquilidade. Por isso eu fiz questão de enfatizar e prestar esses

esclarecimentos adicionais aos Srs. Conselheiros. Prosseguindo, comentou que tem sido muito questionado com relação à colocação do ex-Presidente Antonio de Alcântara Machado Rudge na reunião anterior, de que estaria entregando aquela documentação que estava em sua posse desde abril, relativa às auditorias internas realizadas no Clube. Disse que havia consultado a Secretaria do Conselho Fiscal, e até aquela data, o material ainda não tinha sido apresentado, acreditando que a entrega ocorreria nos próximos dias. Informou que o expediente relativo ao assunto já se encontra na Comissão Jurídica para manifestação. Leu um pronunciamento que havia feito na reunião de 30/10/2006, há exatamente um ano, que observou, infelizmente, ainda se mostrava pertinente. O motivo da minha manifestação naquela oportunidade era que nós estávamos observando um movimento muito grande, um certo desconforto na condução dos trabalhos em função de colocações um pouco mais fortes, alguma coisa que necessitou naquele momento uma ponderação desta Presidência. Nessas últimas reuniões infelizmente eu tenho observado, talvez até por alguma falha de condução desta Presidência, um certo tumulto, um certo vozerio, certas manifestações um pouco fortes demais, não condizentes com a forma que devem se realizar os trabalhos nesta Casa. Então, em função da oportunidade do texto que eu acabei pronunciando naquela época, eu voltaria a lê-lo aos Srs. Conselheiros. Eu acho que cada um poderá refletir, de per si e observar que a gente tem que realmente se preocupar um pouco mais aqui com a tranquilidade, a serenidade que os trabalhos devem transcorrer. Naquela oportunidade eu havia consignado o seguinte: Antes de passarmos à Ordem do Dia gostaria de fazer um registro. Esse é o registro que estou reiterando. Quem teve a oportunidade de ouvir o meu primeiro pronunciamento após a posse, deve se recordar que naquela oportunidade eu deixei consignado que quem me conhecia como Conselheiro combativo, às vezes arrebatado e contestador na tribuna, ia ter na Presidência do Conselho, um Conselheiro imparcial, sereno e conciliador. Em função deste compromisso, e também em razão da disposição de conduzir os trabalhos de forma democrática, eu tenho relevado algumas manifestações efetuadas de forma indelicada e descortês. Eu quero deixar consignado que em respeito à Mesa do Conselho, aos Srs. Conselheiros, aos Senhores convidados presentes, em especial o parágrafo 8º do artigo 51 do nosso Regimento eu não ia mais permitir intervenções dessa natureza. Então, naquela oportunidade eu senti que surtiu bastante efeito essa observação que eu fiz. E eu espero que também para as próximas reuniões a gente possa dar continuidade nos trabalhos com toda serenidade. Eu acho que já tive oportunidade de falar muito tempo atrás em pronunciamento, que após as eleições todos os eleitos deixam de ser Conselheiros de uma facção, de uma Chapa, e com muito orgulho e maior responsabilidade passam a ser Conselheiros do Esporte Clube Pinheiros. Acho que essa é a forma que todos nós devemos encarar essa nossa presença aqui no Plenário. Era isso que eu queria deixar consignado aos Senhores. Muito obrigado.

4) ORDEM DO DIA

Item 1 - “A Voz do Conselheiro”.

Eduardo Ribas Oliveira Machado - Formulou os seguintes pedidos à Diretoria: 1) reestudo visando separar em horários diferentes as crianças entre 7 e 12 anos que praticam Karatê, possibilitando melhor aproveitamento, pois o treinamento é bem diferenciado e causa desânimo nos mais velhos, que acabam vendo um treino muito infantilizado; 2) estudo da possibilidade de parcelar a taxa de Tênis, com pagamento para uso diário ou mensal, para atender aos associados que não são inscritos na Seção e queiram treinar e haja quadras livres; 3) comunicação imediata, entre os Seguranças, via rádio, no caso

de encontrarem pertences de associados nos diversos setores, facilitando, assim, que o associado que perca algum bem o recupere rapidamente, porque atualmente esses pertences são levados para o setor de achados e perdidos somente no final do expediente. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Luciano Prata Magalhães - Considerando que no próximo ano haverá eleições de Conselheiros, solicitou à Diretoria e à Mesa do Conselho que nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, concedam e destinem no mínimo duas folhas na Revista Pinheiros, para que as Chapas possam expressar suas idéias e divulgar de maneira equitativa seus programas, e o quadro associativo conheça as propostas, as analise e decida quem serão os seus candidatos aptos a ajudar o futuro do Clube, além de incentivar o comparecimento de todos no dia da eleição. Aprovado o encaminhamento da matéria à Mesa do Conselho e à Diretoria.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza - Fundamentando seu pedido, reivindicou a criação do Departamento de Ciclismo, com orientação técnica para treinamento dos atletas. Esses associados ciclistas pedem também a duplicação da baia para guardar bicicletas na Portaria do Clube. Reportando que as mudanças nos bares e restaurantes do Clube vêm sendo muito elogiadas, transmitiu pedido no sentido de que durante a semana, à noite, o associado seja autorizado descontar o valor do ingresso de seu convidado (R\$ 25,00/pessoa), na Pizzaria do CCR. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Clovis Bergamo Filho - Sugeriu seja verificada a possibilidade de instalar um sistema de registro de opinião dos associados nas áreas de bares, restaurantes, *Fitness*, etc, para que os associados, voluntariamente, registrem sua opinião apertando um simples botão, informando sobre a qualidade do serviço (Excelente, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo). Com esta ação, o gestor terá informações rápidas e eficientes do serviço disponibilizado, e a concretização desta sugestão estará gerando um grande benefício para os associados. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Item 2 - Apreciação da ata da 554ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2007.

Presidente - Não havendo manifestação em contrário, declarou a ata aprovada, conforme apresentada.

Item 3 - Apreciação do processo CD-14/2005 - Primeira discussão e votação de proposta subscrita por cinquenta Conselheiros no exercício do mandato, de alteração do artigo 64 do Regimento Interno da Diretoria.

Presidente - Prestou esclarecimentos sobre a matéria, reincluída em pauta depois de ouvidas as Comissões de Obras e Financeira. Não havendo oradores inscritos, passou à votação.

Deliberação:

Submetida a matéria à votação pelo Sr. Presidente, o Plenário resolveu o seguinte:

1) aprovar, em primeira discussão, proposta formulada por 50 Conselheiros, de alteração dos artigos 64, 65 e 66, do Regimento Interno da Diretoria, visando instituir a modalidade de licitação denominada Pregão, para a aquisição de bens e serviços pelo Clube,

2) aprovar proposição substitutiva subscrita pelo Conselheiro Francisco Carlos Collet e Silva e outros vinte e três Conselheiros, pretendendo, especificamente, que o prazo mínimo de antecedência para a divulgação do objeto licitado, em procedimento de Pregão, fosse diminuído de oito dias para quarenta e oito horas, bem como abrangendo alterações contidas na proposta principal e nas emendas de autoria do Conselheiro Sergio Lazzarini, ficando assim redigido, após a primeira discussão, os dispositivos objeto da presente alteração do Regimento Interno da Diretoria:

Art. 64 - São modalidades de licitação:

...

IV - PREGÃO, presencial ou eletrônico, destinado à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, ressalvando-se apenas as obras e serviços e valores previstos no artigo 67 deste Regimento, será precedido de divulgação ampla, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas, e regulado subsidiariamente pela legislação federal, em consonância com os parágrafos 7º e 9º, desse mesmo artigo.

...

§2º - Os julgamentos de convites, tomadas de preços, concorrências e pregões deverão ser transcritos, em respectivo Termo de Encerramento de Edital, e homologados pelo Presidente.

...

§4º - Os procedimentos licitatórios, quer sejam convites, tomadas de preços, concorrências e pregões deverão, pelos prazos previstos, ser afixados nos quadros de divulgação existentes no Clube, bem como disponibilizados na sua página da Internet em item distinto, ou de chamada para página criada especialmente para essa finalidade, dando-se conhecimento ao Conselho Deliberativo.

...

§7º - O Pregão, de modo geral, tem preferência em relação às demais modalidades de licitação, acima elencadas, e deverá ser realizado por meio eletrônico, sempre que possível semelhante procedimento.

§8º - Evitar-se-á contratação para fornecimento de bens e serviços, de qualquer natureza jurídica e valor, exceto se inerente ao objeto contratual, por prazo superior a 1 (um) ano, e a prorrogação, sem que haja novo certame licitatório, de contratos, por novos períodos, mesmo que os respectivos instrumentos prevejam semelhante possibilidade, salvo se demonstrada a conveniência e oportunidade na prorrogação, analisadas sob o prisma da economicidade.

§9º - Os bens e serviços comuns passíveis de serem licitados, por meio de pregão, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser, concisa e objetivamente, definidos em edital, com base em especificações usuais de mercado.

Art. 65 - Nas licitações, excetuando-se a modalidade do Pregão, serão observados os seguintes limites:

...

Art. 66 - ...

X - para contratação de serviços de manutenção e aquisição de peças de reposição para equipamentos do mesmo fornecedor.

§1º - As exceções à obrigatoriedade de licitação, previstas acima, deverão, por excepcionarem a regra geral, estar perfeitamente caracterizadas.

§2º - A dispensa de licitação deverá ser sempre homologada pelo Presidente.

3) Por indicação do Sr. Presidente, foi nomeada a Comissão Especial de Redação a que se refere o Art. 87 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, composta pelos Conselheiros Evandro Antonio Cimino, Antonio Alberto Foschini e Oswaldo Cocchi.

Item 4 - Apreciação do processo CD-28/2007 - Pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial na construção de nova Portaria Principal, com a execução de baia de acesso (R Tucumã, 142).

Presidente – Prestou esclarecimentos sobre a matéria e abriu a discussão.

Apparecido Teixeira – Recomendou a aprovação da proposta, ponderando que a nova portaria propiciará mais proteção ao funcionário, que não atende só aos associados, mas também pessoas estranhas ao Clube, com procedência desconhecida, e que a baia de acesso é importantíssima para a segurança dos associados, seus filhos e os mais idosos, devido ao intenso trânsito da Rua Tucumã. Além disso, o valor solicitado é irrisório e o Clube merece uma portaria condizente com sua grandeza. Sugeriu que o projeto definitivo contemple os seguintes itens: 1) colocação de vidros temperados à prova de impacto, fechando hermeticamente a cabine da Portaria, onde ficará o funcionário; 2) instalação de um microfone para que quem quiser adentrar o Clube se comunicar com o funcionário, sem expô-lo a qualquer eventualidade; 3) que seja feita uma sala exclusiva para os seguranças ao lado da Portaria, para recepção de terceiros ou visitantes; 4) adequação do projeto de prevenção de incêndio e do projeto de segurança; 5) deslocamento do Ponto de Taxi para 4 ou 5 metros para baixo, para melhorar o visual da Portaria; 6) recuar a portaria em 2,5m, 3m em relação ao projeto, para que ela não fique no limite da calçada e para facilitar a fiscalização de quem pretender ingressar.

Presidente – Informou que encaminharia as pertinentes considerações do orador para análise e eventual atendimento por parte da Diretoria, mas esclareceu que nesta oportunidade o Conselho decidiria apenas sobre a destinação da verba estimada, que talvez nem viesse a ser despendida na sua integralidade.

João Benedicto de Azevedo Marques – Lembrou que a construção da baia e da nova portaria estava contemplada no Plano Diretor de Obras. Inclusive, foi objeto de pronunciamento feito neste ano pelo Conselheiro Vicente Mandia, e que ele, orador, em reunião recente, manifestou sua preocupação e a necessidade de se debater o Plano Diretor, porque era uma questão emergencial que se iniciasse a construção da Portaria e da nova baia para segurança dos associados, para segurança das crianças e para segurança dos mais idosos. Ponderou que estava havendo uma verdadeira inversão, mas tratava-se de uma necessidade. Lamentou que outras questões extremamente necessárias, como o novo estacionamento, não possam ainda ter sido abordadas, em razão do Plano Diretor não ter vindo à

discussão. Entretanto, agora, diante do reclamo dos Srs. Conselheiros, da nova posição do Sr. Presidente e do trabalho entregue pela Comissão, afinal o Conselho vai poder discutir o Plano Diretor. Apoiou a liberação dos recursos e cumprimentou a Diretoria por ter atendido a um pedido que havia formulado há cerca de três sessões, e por ter atendido a um pedido constante do Plano Diretor de Obras.

Presidente – Consignou que não houve mudança de orientação da Mesa. Houve toda uma tramitação. Em nenhum momento a Mesa pretendia sonegar a possibilidade de os Conselheiros terem oportunidade de discutir essa matéria. A construção dessa baía é de extrema relevância, inclusive já estava consignada na proposta orçamentária de 2004, mas circunstancialmente, por razões outras, a verba que havia sido prevista foi destinada para outro empreendimento, mas depois, nesses anos todos, não chegou a ser trazida ao Conselho.

Mário Marrese – Recomendou ações perante a Prefeitura, visando instalar um semáforo em frente a essa portaria para que os associados transitem em segurança.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Complementando, disse que a instalação de um semáforo se tornará essencial com a construção da nova Portaria e da baía, porque hoje a parada de veículos no leito carroçável para o trânsito na Tucumã. Com a baía, o trânsito aumentará a velocidade.

Presidente – Entendeu oportunas aquelas observações. Lembrou que o atual Secretário Municipal de Transportes é associado e freqüentador do Clube e talvez possa ajudar, e que a Diretoria, além da solicitação formal, poderá fazer gestões nesse sentido, independentemente do momento da construção da baía. Aduziu que também tentaria, através de contatos antigos que mantém ainda naquela Secretaria. Transmitiu que a Terceira Secretária, Nice de Lima, concordava, e, há cinco anos, vem reiterando pedido de instalação desse semáforo.

Cezar Roberto Leão Granieri – Comentou que além de associado, o atual Secretário de Transportes é morador da Rua Tucumã.

Presidente – Não havendo mais oradores inscritos para falar, declarou encerrada a discussão e submeteu a matéria à votação.

Deliberação:

A proposta foi aprovada por unanimidade de votos.

Item 5 - Apreciação do processo CD-29/2007 - Pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial para construir muro de contenção de raízes e trocar o piso das piscinas externas.

Presidente - Prestou esclarecimentos sobre a matéria e abriu a discussão.

João Benedicto de Azevedo Marques – Disse que a substituição do piso lhe parecia necessária. Ocorre que acompanhou isso com a Conselheira Wilma Gonçalves, pessoa muito importante da Natação, e

passando pelo recinto da piscina pôde reparar que havia um aumento do “deck” próximo à área social do Clube, em torno de uns 400m², que, por coincidência, constava do Plano Diretor. Só que no Plano Diretor estava previsto um aumento três vezes maior desse “deck”. Disse que procurou verificar a se surpreendeu, porque no projeto da Diretoria não se fala em redesenho do “deck”, mas numa verba, à qual é favorável, para troca do piso. Pediu que a Diretoria esclarecesse se além da troca do piso, realmente estava sendo feito um redesenho parcial do “deck” da piscina (como no Plano Diretor de Obras, que prevê o redesenho integral, aumentando o espaço para os usuários da piscina), porque, se positivo, isso teria que ser formalmente solicitado e autorizado pelo Conselho. Comentou que estavam sendo discutidos tópicos do Plano Diretor, como este da troca do piso e da ampliação do “deck”.

Presidente – Consultou o Plenário, que concordou que a Diretoria se manifestasse prestando os esclarecimentos solicitados. Antes, lendo trecho do pedido da Diretoria, observou que na justificativa não constava o redesenho do “deck” ou o aproveitamento de idéias anteriormente expostas.

Presidente da Diretoria, Antonio Moreno Neto – Esclareceu que o acabamento do piso, estipulado em Pedra San Tomé, não tem um metro quadrado a mais do piso existente, portanto, a informação do Conselheiro com relação à área não procedia. Sobre o redesenho do Parque Aquático, será apresentado se futuramente a Diretoria entender necessário; existem várias sugestões nesse sentido, inclusive ampliação no “deck” da piscina, que não está contemplado, porque tem a grade no Plano Diretor. No Plano Diretor a grade está no mesmo local existente, só existe um piso novo para fora. Isso será colocado e discutido pelo Conselho, posteriormente.

João Benedicto de Azevedo Marques – Pediu que o Sr. Presidente da Diretoria esclarecesse se a área do canto da piscina entrou um pouco na antiga alameda.

Presidente da Diretoria, Antonio Moreno Neto – Respondeu que a mesma grade será colocada no mesmo local.

João Benedicto de Azevedo Marques – Agradeceu ao Sr. Presidente pelas informações e manifestou-se favorável à aprovação dos recursos solicitados, entendendo que a troca do piso efetivamente é necessária.

Antonio Moreno Neto – Agradeceu.

Presidente – Como não havia mais oradores inscritos, anunciou a votação.

Deliberação:

Submetida a matéria à votação pelo Sr. Presidente, a proposta foi aprovada por unanimidade de votos.

Item 6 - Apreciação do processo CD-I-12/2007 - Deliberação sobre perda de mandato de Conselheiro, em face de incidência nos disposto no Art. 36 do Estatuto Social.

Presidente - Informou que no dia 16/10/2007, de acordo com carta distribuída na entrada da reunião, o Conselheiro Luciano Guedes Pacces renunciou ao cargo. Observou que a renúncia foi recebida concomitantemente ao momento em que a convocação já estava pronta para distribuição e não houve tempo hábil para retirar o processo da pauta. Leu os termos da referida correspondência, entendendo que o processo perdeu o objeto.

Marcelo Favalli (pela ordem) - Ponderou que a perda do mandato teve início antes do pedido de renúncia. Acontece que, inobstante esse documento, o processo de exclusão do Conselho pelas faltas praticadas, em especial pela infringência ao artigo 37, já tinha sido iniciado. Entendeu desnecessário o Sr. Presidente ter conferido ao Conselheiro o direito de se manifestar, porque na forma com que o Regulamento prevê, é um ato de império. Agora, a exclusão por falta praticada não redonda só na perda do mandato, mas torna o Conselheiro inelegível por 04 anos. Houve a renúncia, mas o processo de exclusão já havia sido iniciado, motivo pelo qual entendia que o Conselho deveria deliberar sobre a matéria.

Presidente - Disse que, ao contrário do orador, mantinha entendimento que inclusive se cristalizou no ano passado, a partir de uma decisão do Conselho, confirmada em segunda instância, de que a circunstância de existir no Estatuto o advérbio “automaticamente”, dando como uma obrigatoriedade a exclusão do Conselheiro, essa disposição não pode excepcionar direitos consubstanciados no artigo 5º da Constituição Federal, em especial a necessidade do devido processo legal e o direito do contraditório. Por esta razão não tomou a decisão de excluir automaticamente o Conselheiro, acompanhando o entendimento esposado pelo próprio Conselho Deliberativo. Nessas condições, entendia que não caberia aplicação automática do dispositivo. Aduziu que a matéria deverá ser objeto de oportuna revisão, quando forem analisados com um pouco mais de profundidade os dispositivos que necessitam de aperfeiçoamento. Com relação ao processo de exclusão ter se iniciado antes da renúncia, e embora no prazo que lhe foi concedido o Conselheiro tenha permanecido silente, disse que teve também informações de que o endereço constante dos registros da Diretoria e do Conselho não estava atualizado. Então, em contato com o próprio Conselheiro, e inclusive fazendo ver a ele da possibilidade de eventualmente apresentar sua defesa em Plenário, tendo em vista essa circunstância que poderia até em tese ocasionar nulidade no procedimento, este, em razão dos relevantes motivos que expôs, preferiu renunciar. Então, a renúncia não era circunstancial, e não se tratava de um procedimento de Congresso Nacional, em que se entende que iniciado um processo não há mais possibilidade de renúncia. No Conselho, seria de extremado rigor adotar esse procedimento, principalmente em função de eventual possibilidade de argüição de nulidade. Decerto que o Conselheiro deveria ter comunicado a mudança de endereço, mas se ele já abriu mão da condição de Conselheiro, apresentando os relevantes motivos, evidentemente que não irá se candidatar na próxima eleição para tentar obter um novo mandato. Entendendo que a matéria estava suficientemente esclarecida, submeteu ao Plenário a retirada do processo da pauta, tendo em vista a perda de objeto.

Deliberação:

Contra três votos, o Conselho deliberou aprovar a proposta da Mesa do Conselho, no sentido de retirar o processo da pauta da reunião, em face da renúncia do cargo formulada pelo Conselheiro interessado.

ITENS 7, 8, 9 E 10:

Presidente – Como os quatro itens seguintes tratavam de matérias análogas, consultou o Plenário, que concordou em realizar votação em bloco. Não havendo oradores inscritos, passou à votação. Consultado, respondeu que a discussão, então, também abrangeria os quatro processos.

Marcelo Favalli – Inicialmente, questionou a Comissão de Esportes se, de acordo com o histórico apresentado, os atletas em questão estiveram representando as cores do Clube no período de sete anos exigido pelo Estatuto, porque no passado um atleta Olímpico, que diziam ser um Pinheirense, Campeão Mundial, não treinava no Clube, mas para todos assim considerado era.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Falando pela Comissão de Esportes, esclareceu que todos os atletas participam da vida esportiva do Pinheiros há mais de sete anos, porque o Estatuto exige que estejam competindo pelo Clube e sejam registrados nas Federações durante sete anos. No caso de Daniela Raddi Carrano, ela ingressou como Pré-Militante em 15/4/1999 e passou a Militante em 18/4/2001. Para dar seu parecer, a Comissão de Esportes, assim como a Comissão Jurídica, se basearam nesse documento vindo da Diretoria, emitido pela Gerência de Esportes.

Marcelo Favalli – Disse que diante daquelas informações, votaria a favor das concessões. Acrescentou que fazia aquele questionamento de forma bastante objetiva, porque soube de determinado atleta que foi treinar no Rio de Janeiro, e por lá conquistou títulos, mas, para todos os efeitos, pertencia ao Pinheiros.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Agradeceu.

Ivanilce Simeão Cappellano (aparte) – Deu seu testemunho da atuação dos esgrimistas, destacando que Marcos de Farias Cardoso é muito esforçado, treina no Clube há muito tempo, aliás, é até responsável pelo número de crianças que passaram a praticar a modalidade nos últimos anos, porque também é instrutor de Esgrima. Elton Shimbo faz preparação física todas as noites. Acrescentou que acompanhou vários torneios e “eles dão o sangue pelo Clube”. Então, são merecedores da benesse.

Marcelo Favalli – Agradecendo, observou que não tinha dúvida que os atletas têm um currículo bastante extenso e merecedor de aplausos. Aduziu que preenchidos os requisitos do Estatuto, votaria também a favor da concessão.

Edgard Ozon – Como ex-Diretor de Esportes e ex-Presidente da Comissão de Esportes, disse que participou ativamente da reforma do Regimento Esportivo, comentou sobre o rigor das novas exigências para a concessão de títulos e ponderou que não é fácil ser Atleta Benemérito do Pinheiros. E aquele que durante sete anos competiu pelo Clube, foi Campeão Brasileiro, Campeão Sul-Americano, mas não conseguiu os títulos para a benemerência, é agraciado com o título de Contribuinte. Em que

pese a situação levantada pelo orador, afirmou que no esporte é impossível acontecer de uma Diretoria, um Diretor de Esportes ou uma Comissão de Esportes ter qualquer atitude que beneficie este ou aquele atleta, porque há muitas pessoas envolvidas, fiscalizando tudo, então não há dúvidas sobre a outorga desses títulos.

Presidente - Não havendo mais oradores inscritos, submeteu as propostas à votação.

Item 7 - **Apreciação do processo CD-23/2007 - Proposta formulada pela Diretoria, de concessão do ingresso do atleta Marcos de Faria Cardoso, da Seção de Esgrima, como associado Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de Título Social.**

Deliberação:

Proposta aprovada.

Item 8 - **Apreciação do processo CD-24/2007 - Proposta formulada pela Diretoria, de concessão do ingresso do atleta Elton Shimbo Carmona, da Seção de Esgrima, como associado Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de Título Social.**

Deliberação:

Proposta aprovada.

Item 9 - **Apreciação do processo CD-25/2007 - Proposta formulada pela Diretoria, de concessão do ingresso do atleta Roberto Vianello, da Seção de Pólo Aquático, como associado Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de Título Social.**

Deliberação:

Proposta aprovada.

Item 10 - **Apreciação do processo CD-26/2007 - Proposta formulada pela Diretoria, de concessão do ingresso da atleta Daniela Raddi Carrano, da Seção de Pólo Aquático, como associada Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de Título Social.**

Deliberação:

Proposta aprovada.

Item 11 - Várias.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza - Requereu formalmente providências da Presidência do Conselho, no sentido de investigar a procedência e apontar a autoria de matéria que visa a difamar a Instituição, objeto de e-mails que têm circulado pelo Clube. Comentou que a autoria lhe teria sido sugerida por associados, mas preferiu não mencionar.

Marcelo Favalli - Parabenizando a Diretoria pela gestão, encareceu ao seu Presidente que ultime a obra da piscina externa, se for o caso contratando mais mão-de-obra, para que o associado possa aproveitar o verão. Adjetivou de incompetência, ou no mínimo irresponsabilidade, a obra feita anteriormente, trocando-se os azulejos e deixando os encanamentos de quase setenta anos, dizendo estar certo que a Diretoria da época tinha absoluta certeza de que a piscina vertia água e que o encanamento estava deteriorado, e não fez nada para resolver o problema, porque a obra precisava ficar pronta antes das eleições para renovação da Diretoria.

Pedro Antonio Lousan Badra - Lembrou que em março deste ano questionou sobre obras de investimento teriam sido executadas com verba de Custeio, entre elas a reforma dessa piscina. Naquela época se gastou em torno de R\$ 500.000,00 de material, e o equivalente de mão-de-obra. E, por ocasião da apreciação do Relatório da Diretoria, verificou-se que obras executadas, num montante de mais ou menos R\$ 4.000.000,00, sequer passaram por este Conselho, e foram feitas com verba de Custeio, tendo sido deliberado que o Relatório fosse aprovado, condicionado à apresentação, pela então Diretoria, de Orçamento de vinte e quatro obras, com seus cronogramas, projetos e comprovantes de pagamento, para que se pudesse analisar a veracidade, a consistência e a tecnicidade daquele material. Surpreendentemente, no findar daquela gestão foi apresentado um pacote de vinte e quatro processos, absolutamente inconsistente, sem orçamentos, sem projetos de muitas obras e sem comprovantes de pagamento; foi enviada uma relação de notas fiscais. Após análise desse material, as questões de impropriedades foram encaminhadas à Diretoria, recomendando-se a contratação de auditoria externa para a tomada de providências. E, segundo foi informado, dada a gravidade do resultado da auditoria externa, o assunto foi remetido ao Conselho Fiscal. E isso é sério, porque até agora o Relatório da gestão anterior não foi aprovado, portanto não foram aprovadas as verbas de investimento, e não se pode alocar qualquer verba daquelas obras, seja no A.V.O, seja nas demonstrações. Considerando que até junho estavam sendo lançadas no A.V.O, na verba de investimento, as obras realizadas sem a aprovação do Conselho, solicitou à atual Diretoria que esclareça qual atual situação, primeiro, do lançamento de verbas de investimento não aprovadas no A.V.O, distorcendo os valores enviados e comparados com verbas de investimento de orçamento; segundo, se está sendo atendido o disposto no artigo 57 do Regimento Interno da Diretoria. Por oportuno, perguntou ao Sr. Presidente que fim levou a auditoria interna realizada na gestão passada, para que se possa verificar se estas impropriedades levantadas por auditorias externas já teriam sido levantadas internamente, e não houve uma ação direta, objetiva de uma gestão, porque o orçamento do Clube é de R\$ 95 milhões, dos quais R\$ 4 milhões foram usados sem o consentimento do Conselho e a gestão tem que responder por isso, não pelo fato de ter assumido uma nova Diretoria, mas pela Instituição.

Patrícia Baur de Oliveira – Apresentou os seguintes pedidos à Diretoria: 1) aproveitando a reforma da piscina, que seja colocado um escorregador igual ao modelo original, alto, que formava um ângulo reto e proporcionava praticamente uma queda livre, com monitoramento e acompanhamento da vigilância para evitar acidentes; 2) implantação do cartão Visa Vale-Refeição nos bares e restaurantes; 3) realização de uma balada mensal no Salão de Festas, para jovens entre 18 a 25 anos, com o tema Halloween; 4) realização de uma balada mensal, no mesmo local, para pessoas a partir de 20 anos, com músicas dos anos 80 e eventos de Forró. Finalmente, solicitou a atenção da Diretoria, comentando que antes eram apresentadas duas peças teatrais por semestre. Hoje em dia, só se realiza uma peça, destinada a adultos. E deixaram de fazer peças para crianças, com artistas do Clube. E o Clube tem contratado teatros apenas de fora para essa finalidade.

Presidente – Informou que as matérias suscitadas pela Conselheira não eram passíveis de votação, mas seriam encaminhadas para manifestação da Diretoria.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Prestou homenagem póstuma ao ex-Presidente Cantídio Salvador Filardi, tendo o Conselheiro Mario Lima Cardoso se associado àquela manifestação.

Mário Marrese – Concordou com o que o Conselheiro Pedro Antonio Lousan Badra havia dito sobre a piscina, pois freqüentemente tem sido cobrado pelos associados a respeito. Com relação à Revista, reiterou pedido antigo que vem fazendo às Diretorias, no sentido de criar a Página do Leitor, possibilitando um diálogo entre a Diretoria e os associados.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Informou quantos Conselheiros tinham assinado a lista de presença e deu por encerrada a reunião às 23:25 horas.